

O novo Congresso

José Nêumanne

Uma pesquisa realizada por Antônio Augusto de Queiroz, assessor técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), e publicada no último jornal daquela entidade, dá bem uma idéia de um dos problemas a serem enfrentados pelo governo Collor em 1991: a pulverização partidária do futuro Congresso Nacional.

A primeira vista, a nova Câmara dos Deputados não apresenta panorama muito diferente da atual. Uma análise superficial das bancadas pode até dar uma idéia falsa de que a pulverização partidária na Câmara foi reduzida, pois os partidos nela representados diminuíram de 21 para 19, com o desaparecimento dos minúsculos PT do B e PRP. Tal análise otimista, contudo, não passa de rósea ilusão de ótica. Na verdade, a negociação do Poder Executivo com o Legislativo pode ser dificultada pelo espalhamento horizontal das bancadas partidárias, aumentando a importância de um número maior de líderes, ao contrário do que acontecia em passado bastante recente.

Quando a legislatura que está no fim agora começou, em 1987, o PMDB era senhor absoluto das decisões do Congresso por dispor de maioria nas duas Casas. O panorama foi bastante transformado, mas, ainda assim, o PMDB conseguiu manter uma confortável maioria na Câmara dos Deputados com uma bancada gorda, de 131 membros. A partir de fevereiro, a representação do maior partido brasileiro continua matematicamente a maior, mas já bastante reduzida, com 109 deputados. A distância para a segunda maior bancada foi reduzida, apesar de o PFL também ter perdido oito vagas. O ex-sócio do PMDB na Aliança Democrática, instauradora da Nova República, tinha 90 deputados e passou a dispor de 82.

A complexidade da negociação entre o governo federal e os legisladores, contudo, aumentará muito, sobretudo pela nova força ganha pelos partidos intermediários. A esquerda obteve os mais expressivos resultados nessas contas. O governador eleito do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, por exemplo, além de adquirir o controle político sobre três Estados da Federação, comanda a ascensão de seu partido, o PDT, do quarto para o terceiro lugar no **ranking** da representação parlamentar. A bancada pedetista passou de 38 para 47 deputados.

No entanto, o crescimento dos partidos intermediários está longe de ser um fenômeno circunscrito à esquerda. No centro e na direita, o PDS e o PRN também cresceram e ganharam posições na classificação. O PDS engordou sua bancada, hoje de 32 deputados, com mais dez vagas. Enquanto isso, o PRN, à sombra do presidente Fernando Collor, também ganhou dez cadeiras, passando a dispor agora de 41 membros. Até o velho PTB de guerra está comemorando uma vitória de monta nas eleições parlamentares de 3 de outubro passado, juntando, também, mais dez vagas às suas atuais 28.

No lado esquerdo da representação parlamentar, o maior vitorioso foi o PT, mais do que dobrando sua atual representação na Câmara, ao passar de 17 para 35 deputados. Já o grande derrotado foi o PSDB, que tinha 60 deputados e viu seu espaço minguar para 37 cadeiras, apenas duas a mais do que o total das vagas conquistadas pelo partido de Luiz Inácio Lula da Silva.

O PDC, o PL e o PSB não cresceram muito, mas também ganharam ingresso no clube dos partidos mais significativos da Câmara, com bancadas de mais de uma dezena de deputados: pela ordem, 22, 16 e 11. PRS, PC do B, PST, PTR, PCB, PSC, PSD e PMN continuam a dispor de representação ínfima na Câmara dos Deputados.

No comando de uma bancada ascendente, o governador eleito do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, acredita, piamente, na ascendência dos futuros administradores estaduais sobre as bancadas federais de seus partidos. Ele deve ter razão. Mas isso em nada facilita uma análise sobre o eventual comportamento ideológico do Congresso. Afinal, a natureza ideológica dos grandes vencedores estaduais de 1990 é também múltipla e plural. Se, de um lado, a esquerda festeja a triplice coroa brizolista, a direita ganhou considerável reforço com a reconquista da Bahia por Antônio Carlos Magalhães e o populismo personalista de centro conquistou os dois mais disputados postos estaduais do Brasil: Orestes Quércia com seu sucessor, Luiz Antônio Fleury Filho, em São Paulo, e Hélio Garcia, pessoalmente, em Minas Gerais. Se a esquerda solta rojões no Paraná, agora sob a batuta de Roberto Requião, em Pernambuco foi obrigada a se render ao charme de Joaquim Francisco Cavalcânti.

Nesse mosaico amplo, geral e irrestrito, é mais sensato acreditar que pouca coisa de substantivo seja alterada na hora de se reescrever a Constituição, crença partilhada por alguns parlamentares já experimentados na própria redação da Carta, caso do paulista *Delfim Netto*, presidente nacional do PDS.

Delfim acha fundamental o fim de alguns direitos adquiridos para se possibilitar uma reforma administrativa em profundidade, mas não crê na execução disso. Da mesma forma, outras reformas necessárias dificilmente serão conquistadas pelo novo Congresso. Quais sejam: a reforma do sistema eleitoral, com o voto distrital; a do sistema político, com a adoção da fidelidade partidária; a do sistema de governo, com a troca do presidencialismo pelo parlamentarismo; e a fiscal, com a redefinição de impostos e sistema de arrecadação.

Realisticamente, é preciso reconhecer que a maioria continua sob o controle dos fisiológicos, detendo o poder, enquanto os ideológicos, em minoria, tocam tambor, e algumas ilhas de excelência dão a impressão de que o Congresso pensa. O presidente Fernando Collor vai ser obrigado a voltar a lidar com isso.